

Vitor de Athayde Couto Filho

PESCA ARTESANAL COSTEIRA E ESTUARINA NO  
MUNICÍPIO DE CAIRU/BA: MODERNIZAÇÃO OU  
DECOMPOSIÇÃO

Salvador, maio de 1995

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
1 - INTRODUÇÃO.....	05
1.1 - HISTÓRICO.....	05
1.2 - CARACTERIZAÇÃO DA PESCA NA BAHIA.....	10
1.3 - ASPECTOS FISIOGRAFICOS.....	12
2 - SITUAÇÃO DA PESCA NO MUNICÍPIO DE CAIRU.....	14
2.1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....	15
2.2 - INFRA-ESTRUTURA PARA A PESCA.....	17
a) Aspectos de infra-estrutura que afetam diretamente a produção pesqueira.....	17
b) Aspectos de infra-estrutura que afetam indiretamente a produção pesqueira.....	19
. Educação.....	19
. Saúde.....	20
. Abastecimento de água.....	21
. Energia elétrica.....	21
. Instalações sanitárias.....	22
2.3 - PRODUÇÃO COSTEIRA E ESTUARINA.....	22
. Embarcações.....	24
. Apetrechos de pesca.....	26
. Áreas de captura.....	28
. Sazonalidade.....	28
. Preço dos pescados.....	34
. Produção.....	35
a) Pesca embarcada.....	36
b) Pesca desembarcada.....	37
. Divisão da produção.....	37
. Custos das embarcações.....	39
2.4 - COMERCIALIZAÇÃO.....	40
2.5 - PRINCIPAIS PROBLEMAS.....	42
a) Pesca predatória.....	44
b) Poluição e turismo.....	48
c) Financiamentos e organização da categoria...	52

<b>3 - PROPOSIÇÕES</b> .....	<b>54</b>
3.1 - PEQUENA PESCA MODERNA.....	54
3.2 - PAPEL DO SETOR PÚBLICO.....	57
a) Infra-estrutura pesqueira e social.....	57
b) Assistência técnica e extensão pesqueira....	58
c) Estudos e pesquisas.....	59
d) Fiscalização e controle ambiental.....	61
e) Organização da comercialização.....	62
3.3 - PAPEL DO INVESTIMENTO PRIVADO.....	62
3.4 - PAPEL DOS AGENTES FINANCEIROS.....	64
3.5 - PESCA E TURISMO.....	64
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>67</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>68</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo oferecer proposições que modernizem a pesca artesanal costeira e estuarina no município de Cairu. Para tanto, o texto foi dividido em três partes.

A primeira parte procura situar a pesca baiana em um contexto nacional e internacional, levantando a discussão sobre os conceitos e viabilidades da pesca artesanal e da pesca industrial.

Na segunda parte, é descrita e analisada a situação da pesca no município de Cairu em seus diversos aspectos, apontando os principais problemas.

Na terceira e última parte, com base no conhecimento teórico e prático da atividade pesqueira no município em questão, são finalmente apresentadas as proposições que visam diferenciar a pesca artesanal no sentido do desenvolvimento sustentável da pequena pesca moderna.

# 1 - INTRODUÇÃO

## 1.1 - HISTÓRICO

A história do desenvolvimento da forma capitalista de produção pesqueira apresenta, freqüentemente, uma luta desigual entre o pescador artesanal e o armador ou o grande proprietário de barcos e instrumentos de pesca. É sabido que a pesca, como atividade econômica, teve seu desenvolvimento atrasado em relação aos outros setores da produção social. No entanto, esse atraso não impediu que processos desumanos e predatórios vistos nos outros setores voltassem a repetir-se na atividade pesqueira.

Na Inglaterra, os processos de exploração da mão-de-obra, vividos por diversos setores da produção social após a Revolução Industrial, pouco se diferenciavam dos vividos pelo setor pesqueiro anos mais tarde. O trabalho estafante dos menores, as longas horas de trabalho em condições de total insalubridade, a brutalidade dos castigos físicos pelos quais passaram os operários de fábrica no começo do século XIX, não assustaram tanto quanto os males sofridos pelos proletários do mar por volta de 1880: permaneciam 2/3 do ano sobre um barco, enfrentando o vento e o frio, e trabalhavam 16 horas por dia nas difíceis condições oferecidas pelo Atlântico Norte. As taxas de mortalidade eram altíssimas, chegando a superar as dos trabalhadores das minas de carvão.

O desenvolvimento da pesca na Inglaterra passou por um processo de proletarização dos pequenos pescadores. A expansão do capital e os avanços tecnológicos, como o desenvolvimento do transporte ferroviário, a utilização do gelo como meio para conservar os pescados e o barco a vapor, levaram à formação e ao domínio da pesca empresarial-capitalista sobre a pesca artesanal. Além de enfrentar o crescimento da grande pesca, a pequena pesca familiar, que esteve no começo do século XIX intimamente ligada à

agricultura (pescadores-lavradores) vivendo dos recursos da terra e do mar, teve que encarar as dificuldades resultantes da mecanização na agricultura: os proprietários fundiários começaram a expulsar de suas terras os agricultores-pescadores.

Diante do avanço tecnológico nas diversas atividades econômicas, os pescadores artesanais, assim como os artesãos, tiveram que se "adaptar" ao grande capital.

"Muitos pescadores tiveram que dizer adeus à pequena casa e à pesca em companhia de seus próprios filhos, adeus à liberdade que eles gozavam com os barcos de sua propriedade: eles foram pegos pela máquina industrial e se tornaram simples peças desta" (KERZONCUF, 1917: 56).

Já na Escandinávia, diferentemente de outras regiões, fatores de ordem natural e histórica favoreceram o fortalecimento da pesca realizada dentro dos marcos da pequena produção mercantil, em que os pescadores e suas famílias são trabalhadores diretos e proprietários dos instrumentos de trabalho com que operam. Apesar de existir a pesca empresarial-capitalista, a atividade pesqueira mais importante é controlada por pescadores autônomos, que exploram os múltiplos recursos marinhos com a força de trabalho familiar ou de vizinhança.

Isto se deveu, principalmente, à organização dos pescadores independentes, que conseguiram o apoio do Estado. Foram estabelecidas leis que restringiram a entrada de armadores não-pescadores na pesca, diversos programas de financiamento de barcos e equipamentos de captura a juros baixos e com longos prazos de pagamento, e um sistema centralizado de comercialização que garante bons preços para o pescado. Além disso, a complexidade geográfica dos locais de pesca exige o conhecimento e a astúcia dos pescadores

artesanais, muito mais do que os grandes recursos da pesca empresarial-capitalista.

Em países como o Japão e a ex-União Soviética, a grande e a pequena pesca convivem mutuamente. No Japão, com a intervenção do Estado, a pesca artesanal e a pesca empresarial-capitalista puderam conviver pacificamente, já que elas atuam em espaços físicos diferentes: a pequena pesca explora a pesca costeira, as águas interiores e a aquíicultura, sendo responsável por 30% a 40% da produção total pesqueira do Japão; a grande pesca explora com exclusividade a pesca oceânica, produzindo a maioria dos pescados.

Na ex-URSS (assim como no Japão), a pequena e a grande pesca ocupavam espaços físicos distintos: os "Kolkhozes" - cooperativas de produção - exploravam as águas interiores e costeiras chegando a produzir, em 1983, 25% do total pescado, enquanto a grande pesca estatal explorava a pesca oceânica.

Deixando de lado a pesca colonial, sobretudo aquela que objetivava a produção do óleo de baleia (e que exigia uma grande cooperação na produção), no Brasil, até os anos 30 a atividade pesqueira tinha caráter de pequena produção. Neste caso, os pescadores combinavam a agricultura e a pesca: a primeira lhes fornecia os meios de subsistência e a segunda garantia o dinheiro incerto e ocasional. O aparecimento das traineiras, durante a década de 30, na região Sudeste, deu início à pesca embarcada no Brasil, começando, então, um processo gradual de rompimento com a pequena pesca. Em 1967, pelo Decreto-lei nº 221, foi encaminhado para o setor um volume considerável de recursos, através de incentivos fiscais, cujo objetivo-mãe era criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil. Contudo, depois de 12 anos de aplicação dessa política, os pescadores artesanais que receberam uma fatia insignificante dos recursos, se comparados aos destinados às empresas (muitas delas fantas-

mas), mantiveram a liderança na produção de pescados no Brasil.

Nos últimos anos, a pesca brasileira sofreu inúmeras transformações, surgindo grandes empresas de pesca. E, estando o Brasil num processo de desenvolvimento da atividade pesqueira mais próximo do vivido pela Inglaterra<sup>1)</sup> do que o ocorrido na Escandinávia ou, até mesmo, no Japão e ex-URSS, a grande pesca tende a dominar cada vez mais a produção de pescados, acabando com as "românticas" vilas de pescadores e destruindo o meio marinho através da pesca predatória e da especulação imobiliária.

Daí surge a questão: quais são as perspectivas do pescador artesanal? Diegues (1983: 294) responde:

"abandonar a profissão e juntar-se ao exército de desempregados nas áreas urbanas, vender seus raros instrumentos de produção e embarcar nos grandes navios de pesca como tripulante, ou então vegetar nas ilhas da miséria e da economia de subsistência".

Com isso, faz-se necessária, segundo COUTO (1991: 37), uma revisão crítica das atuais políticas pesqueiras que priorizam a pesca industrial e não se adequam à artesanal. No Brasil, diferentemente do Japão, ex-URSS e de países escandinavos, as políticas públicas e as pesquisas voltam-se quase exclusivamente para a pesca industrial e a aquicultura de grande porte. Não é somente o atraso tecnológico do subsetor artesanal que atinge os pequenos pescadores mas, também, o fato de não terem acesso aos

---

<sup>1)</sup> - Se comparada à agricultura, pode-se dizer que a pesca no Brasil sofre um processo de modernização conservadora (via prussiana) direcionando os recursos para a pesca empresarial-capitalista. Esse processo se opõe à via democrática (na agricultura aconteceu em países como a França, Japão, EUA e Coréia do Sul) que, no caso da pesca, seria o ocorrido na Escandinávia, Japão e ex-URSS, onde os recursos foram democraticamente distribuídos.



mecanismos de política pesqueira (insumos, crédito, organização, etc.). Logo, entende-se que desprezar uma política de desenvolvimento para a pesca artesanal significa comprometer, ao mesmo tempo, uma política de emprego, de urbanização menos caótica e de exploração sustentada e sustentável dos recursos naturais.

*"No caso particular da produção haliêutica demersal baiana, as condições técnicas e ambientais (principalmente ausência de grandes cardumes pelágicos) impõem uma pesca de fundo. Esta, no atual estado das artes, é tecnicamente incompatível com a grande produção. Na falta de coisa melhor, como pesquisas sérias no setor, o que se pode fazer é propor uma política pesqueira integral e integrada que contemple, entre outras coisas, a instalação de pesqueiros artificiais, enquanto equipamento coletivo, público ou privado (associações, colônias de pescadores, cooperativas, empresas, ONGs etc.), não importa. Desde que seja uma forma de tecnificar a pesca artesanal, sem dismantelar violentamente a sua atual organização. Mas isto, infelizmente, não é o que tem sido feito em toda a costa brasileira nos últimos anos.*

*Mesmo as pesquisas que se dizem inter-disciplinares privilegiam elementos exclusivamente naturais e bastante específicos: uma variedade de mangue aqui, uma cadeia trófica ali e assim por diante. O homem, quando é lembrado, quase nunca é tratado como um ser social, mas como fator antrópico, uma espécie de animalzinho perverso, geralmente predador. É como se a gente não vivesse numa sociedade bastante diferente da organização das abelhas, dos golfinhos e outros animais. Diferente, porque criou a propriedade privada, o mercado, o sistema de preços e até um Estado para regulamentar isso tudo. Muitas vezes,*

*nem a própria universidade consegue escapar desse racionalismo típico do século dezoito". (COUTO, 1995, entrevista direta).*

Maiores detalhes sobre a pesca baiana são estudados no item abaixo, como forma de inserir mais adequadamente o caso particular da pesca artesanal costeira e estuarina no município de Cairu.

## 1.2 - CARACTERIZAÇÃO DA PESCA NA BAHIA

O litoral baiano dispõe de 1.188 km de extensão. Segundo levantamento feito pela Bahia Pesca S.A. (1994: 21), existem ali cerca de 199 pontos de desembarque. Uma produção média mensal de 5.771 toneladas de pescado resulta do trabalho de 25.841 pescadores que operam 9.181 embarcações. Aquele mesmo levantamento identificou 10.819 marisqueiros que usam para suas atividades alguns apetrechos rudimentares.

Considerando-se apenas a pesca embarcada (industrial, de transição e artesanal, principalmente) e a mariscagem, a primeira contribui com 92,2% e a segunda com 7,8% do volume da produção baiana. Conquanto exporte algum pescado, a Bahia é um dos maiores importadores do Nordeste e a sua pesca vem experimentando uma industrialização tardia, sobretudo em relação a outros Estados nordestinos como Ceará, Piauí e Maranhão.

Na pesca embarcada, a unidade produtiva é o barco, motorizado ou não, equipado com apetrechos (redes, anzóis, covo etc.), capturando peixes e crustáceos (entre estes, camarão e lagosta, principalmente). A mariscagem utiliza, na maioria das vezes, a coleta manual acompanhada de um número reduzido de apetrechos (de ferir, armadilhas e currupichel), capturando moluscos e alguns crustáceos, como caranguejo, siri, aratu e guaiamum. Esta atividade caracteriza-se por restringir o marisqueiro à captura de um

único produto e de ser normalmente desempenhada por mulheres e crianças, além de ser tida como uma atividade de menor valor social, mas nem sempre de menor importância econômica, nos locais onde existe tradição de pesca.

A atividade pesqueira na costa baiana desenvolve-se, predominantemente, entre o Recôncavo e o município de Mucuri (divisa com o Espírito Santo). Ela caracteriza-se, quase que exclusivamente, pela forma artesanal com que se organiza (as características da pesca estuarina e costeira impõem, no nosso Estado, limitações que, nas atuais condições técnicas, inviabilizam a pesca industrial), "diferentemente da agricultura, onde o campesinato foi bastante destruído ou diferenciado nos últimos 20 anos". (COUTO, 1991: 40).

A pesca artesanal tem por característica o trabalho familiar e de vizinhança - onde todos são envolvidos na atividade e/ou no beneficiamento do produto, principalmente mariscos catados - e a predominância de embarcações rudimentares, com menos de 20 toneladas brutas, que pescam essencialmente em águas interiores, estuarinas e costeiras.

Na Bahia, a canoa representa, segundo os dados da Bahia Pesca S.A. (1994: 14), 64,9% do total de embarcações. Isto força uma exploração dos recursos mais próximos à costa, o que leva a uma reduzida diversificação no emprego de artes de pesca e à conseqüente utilização de processos rudimentares na produção.

Na Bahia, existem 172 comunidades pesqueiras (localidades onde a maioria dos pescadores e marisqueiros residem e desenvolvem suas relações econômico-sociais), cujos serviços essenciais oferecidos à população, como saúde, educação, abastecimento de água, energia elétrica e instalações sanitárias são tidos como precários. Considerando-se que a própria condição de vida oferecida à população encontra-se diretamente ligada ao seu poder de produzir e

se incorporar como membro ativo da sociedade, e que lhe falta infra-estrutura de apoio à pesca e mão-de-obra capacitada, é possível concluir que a produção pesqueira baiana apresenta baixo rendimento, ao qual se soma a depreciação na qualidade final do produto.

### 1.3 - ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

É sabido que a Bahia possui o maior litoral continental do país e que este compreende 13,2% da extensão, tipicamente tropical, do total brasileiro. Este litoral propicia ao Estado da Bahia um mar territorial aproximado de 430.000 km<sup>2</sup> (equivalente a 75% da área continental baiana), cujas águas são influenciadas pelas correntes marinhas oceânicas que se aproximam bastante da costa.

De acordo com os dados apresentados pela Bahia Pesca S.A. (1994: 05), a produtividade primária das águas marinhas da Bahia são de níveis baixos (em média 4,1% mg/m<sup>3</sup>, contra 21,1 mg/m<sup>3</sup> no Maranhão e Ceará), tanto no que diz respeito aos elementos primários como aos nutrientes, aos fitoplânctons e aos zooplânctons.

Por outro lado, a costa baiana possui um grande número de estuários, caracterizados pela formação de mangues arbóreos. Esta conformação geográfica produz uma das mais férteis cadeias tróficas, entre todas as formações costeiras, possibilitando uma maior proliferação da vida marinha, devido à oferta de nutrientes e às condições ambientais que a torna rica em espécies utilizáveis na alimentação, portanto, de relevância socioeconômica.

A plataforma continental baiana se apresenta estreita e bem acidentada, com presença de bancos oceânicos decorrentes de fenômenos vulcânicos. Estas condições físicas do fundo determinam a qualidade e a quantidade dos recursos pesqueiros e obrigam ao uso de determinados tipos de

embarcações e apetrechos de pesca. No tangente aos apetrechos, predominam os de caráter estático como rede de malhar e anzol, com algumas exceções. As embarcações são, como já visto no item 1.2, de pequeno porte.

Constata-se, assim, que a pesca costeira e estuarina apresenta características fisiográficas, além das outras já explicitadas no item 1.2, que a coloca em um contexto não muito favorável do ponto de vista da produtividade (dificuldades de praticar a pesca e baixa oferta de pescados). Contudo, a pesca é uma atividade econômica que absorve grande quantidade de mão-de-obra e oferece uma quantidade significativa de alimentos com alto valor nutritivo/protéico que poderia, com a eliminação da grande rede de intermediação (atravessadores), chegar à população a preços acessíveis. É do ponto de vista da sua relevância que todas essas questões serão tratadas nos itens a seguir.

## 2 - SITUAÇÃO DA PESCA NO MUNICÍPIO DE CAIRU

Para o desenvolvimento e análise deste capítulo são utilizados, principalmente, dados e informações encontrados nos trabalhos da SUDEPE (1988), coletados em 1988 e da Bahia Pesca S.A. (1994), coletados em 1992.

Para complementar e atualizar esses dados foi realizada uma pesquisa de campo ("survey") no município de Cairu. A elaboração da metodologia e do questionário teve por base o já citado trabalho da Bahia Pesca S.A (páginas 7 a 12, 20 e 30 a 32).

São as seguintes as oito principais comunidades pesqueiras do município de Cairu (as mesmas escolhidas pela Bahia Pesca S.A) que foram pesquisadas: Cairu (sede), Canavieiras, Galeão, Gamboa, Garapuá, Morro de São Paulo, São Sebastião (Cova da Onça) e Velha Boipeba (Boipeba). A pesquisa de campo foi realizada entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995 de forma a representar o município como um todo. Estas informações são chamadas, neste trabalho, de "dados de 1995".

É necessário ressaltar que insuficiências de natureza estatística dificultam uma avaliação mais precisa da situação da pesca artesanal costeira e estuarina no país e, conseqüentemente, no município de Cairu.

De um lado, existem deficiências do sistema institucional de informação que ficou sob a responsabilidade da SUDEPE até 1987. Com a extinção da SUDEPE, esta incumbência foi transferida para o IBAMA, em todo o território nacional. Na Bahia, a Bahia Pesca S.A. também participa da produção de estatísticas. Esses diferentes órgãos coletaram e coletam os dados de forma diferenciada, de maneira que se torna difícil uma análise mais apurada. Face às condições aqui referidas, foi escolhida a base metodológica da Bahia Pesca S.A para a realização dos "dados de 1995", já que esta

apresenta informações mais recentes e variadas, possibilitando uma análise mais completa e atualizada. Vale, portanto, alertar quanto às comparações dos dados, principalmente no que se refere à SUDEPE X Bahia Pesca S.A ou SUDEPE X "dados de 1995". Em alguns casos, os dados da SUDEPE parecerão inconsistentes e, por isso, não farão parte da análise. Vale frisar que estes dados foram escolhidos por falta de outros que retratem a realidade do município estudado.

Por outro lado, é sabido que as informações a respeito das atividades sujeitas à fiscalização ambiental e tributária e a limites de zoneamento são sempre escamoteadas.

E mais, tratando-se de uma atividade em que a organização institucional da produção ainda é bastante frágil e vinculada a políticas públicas clientelistas, muitas informações são desvirtuadas. O objetivo é, quase sempre, atrair a opinião pública e a atenção dos governantes para políticas sociais assistencialistas.

## 2.1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O município de Cairu faz parte da região Litoral Sul da Bahia. Esta possui, segundo estudos do CPE e do DESENBANCO (1987: 131), o maior potencial pesqueiro costeiro e estuarino do Estado, sendo expresso por área de manguezais estimada em 110.000 ha<sup>(2)</sup> bacias hidrográficas (rios Almada, Cachoeira, Jequitinhonha, Una, Pardo e Contas) onde se pode desenvolver racionalmente a pesca estuarina e, eventualmente, de interior, e uma grande diversidade de peixes, crustáceos e moluscos.

A população do município é de 15.177 habitantes (IBGE - Censo Demográfico de 1991) e sua área terrestre comporta 433 km<sup>2</sup>. Conforme o levantamento feito em novembro de 1992

---

<sup>2</sup> - Do total da área de mangues, 58% está nos tabuleiros de Valença, onde se localiza o município de Cairu.

pela Bahia Pesca S.A. (1994: 46) existiam 1.130 pescadores e 180 marisqueiros (em agosto de 1988, segundo dados da SUDEPE, existiam, no total, 50 pescadores e marisqueiros), representando 37,4% da População Economicamente Ativa. Hoje, existem 1.560 pescadores e 370 marisqueiros, conforme "dados de 1995".

Com base nos dados de 1992 (Bahia Pesca S.A.; 1994: 49), constata-se que, em relação aos outros municípios do Estado, Cairu apresenta o 3º maior número de pescadores e marisqueiros. Em primeiro e segundo lugares, respectivamente, estão os municípios de Vera Cruz e Salinas da Margarida. Considerando-se as oito principais comunidades pesqueiras do município de Cairu, constatou-se também que a pesca é a principal atividade econômica, ficando a mariscagem como segunda atividade em importância no conceito de quantidade produzida e valor da produção.

Os dados de 1995, referentes a essas mesmas comunidades, também apresentam a pesca como principal atividade econômica. Já para a atividade secundária houve um empate entre mariscagem e serviços, no conceito de número de pessoas ocupadas. Isto se deve ao crescimento do turismo na região, principalmente em Morro de São Paulo, onde os serviços para o turismo já são a principal atividade econômica. Em Boipeba, maior produtor de pescados do município e Gamboa, os serviços também ultrapassaram a mariscagem, em importância.

A extração de piaçava que, em 1992, era a terceira atividade econômica do município, cai para a quarta colocação em 1995.



## 2.2 - INFRA-ESTRUTURA PARA A PESCA

Neste trabalho é considerada infra-estrutura para a pesca toda aquela que afeta direta e indiretamente a qualidade e/ou quantidade da produção pesqueira. Para melhor compreensão deste item, a infra-estrutura está classificada em direta ou indireta, segundo a forma como se relaciona com a produção pesqueira.

a) Aspectos de infra-estrutura que afetam diretamente a produção pesqueira.

Uma atividade pesqueira competitiva e de qualidade não se faz sem o apoio de terminais pesqueiros. Pelo menos um bom ponto de embarque-desembarque é desejável para o funcionamento da atividade. Deve sempre existir um cais que facilite as atividades de embarque e desembarque. Também são imprescindíveis água potável encanada, gelo, iscas, energia elétrica, óleo diesel, estação de rádio e pontos de venda de alimentos e apetrechos, inclusive serviços de reparo, para que os barcos sejam bem armados, aptos para a captura do pescado. Além disso, deve haver um local adequado para beneficiamento imediato da produção, dada a alta perecibilidade dos pescados, sobretudo em ambiente tropical.

O acesso pavimentado, além do navegável, facilita a comercialização do pescado sendo, portanto, mais um item importante de infra-estrutura para a pesca.

A situação das comunidades pesqueiras está longe da ideal no que se refere aos aspectos citados acima. Pode-se afirmar que existe uma ausência de infra-estrutura de recepção, conservação e beneficiamento nos pontos de desembarque.

Segundo dados de 1992 da Bahia Pesca S.A. (1994: 67 e 68), das oito comunidades pesquisadas, apenas cinco possuíam

cais nos pontos de desembarque. Uma possuía água encanada; quatro possuíam energia elétrica, uma possuía gelo e nenhuma possuía local apropriado para beneficiamento do pescado. Somente Cairu (sede) possuía acesso pavimentado ao ponto de desembarque. Nas demais comunidades conta-se apenas com o acesso navegável<sup>3)</sup>

Através dos "dados de 1995" observa-se que a situação não melhorou nos pontos de desembarque. Ao contrário, hoje, apenas três comunidades possuem cais - nas outras cinco, o desembarque é feito diretamente na areia da praia. Uma possui água encanada; três possuem energia elétrica; uma possui gelo e nenhuma possui local apropriado para beneficiamento do pescado. A questão do acesso aos pontos de desembarque permanece inalterada desde 1992. Não existe, também, nenhum estaleiro: os barcos novos, usados e reparados vêm de Valença.

A inexistência de uma infra-estrutura adequada e estrategicamente bem distribuída de embarque, recepção, conservação, beneficiamento e transporte de pescado nas comunidades, prejudica sobremaneira a comercialização do produto. Além disso, imprime um baixo rendimento final, proporcionando aos consumidores produtos de baixa qualidade, principalmente no que se refere aos produtos beneficiados, em particular os catados de siri e de caranguejo. Estes sofrem excessivo manuseio sob precárias condições sanitárias.

No tocante à falta de acesso pavimentado aos pontos de embarque-desembarque, pode-se dizer que, além de dificultar o escoamento do produto, dificulta o transporte de gelo. Assim sendo, os pescadores submetem-se à compra do gelo a um custo proibitivo ou à sua fabricação doméstica.

---

<sup>3)</sup> As comunidades pesquisadas, com exceção da sede, ficam nas ilhas de Tinharé e de Boipeba, não havendo ligações rodoviárias com o continente, nem entre elas.

Todos esses fatos prejudicam os pescadores e armadores, principalmente em se atentando para o fato de que a Bahia possui um dos melhores mercados consumidores de pescados do país.

b) Aspectos de infra-estrutura que afetam indiretamente a produção pesqueira.

A educação, a saúde, o abastecimento de água, a oferta de energia elétrica e a instalação sanitária nas comunidades são essenciais para o bom desenvolvimento da pesca. É necessário que o pescador, assim como qualquer outro profissional, tenha condições mínimas essenciais de vida para poder desenvolver suas atividades de forma satisfatória.

## EDUCAÇÃO

Pelo levantamento da Bahia Pesca S.A. ( 1994: 54 e 55), das oito comunidades estudadas; seis tinham curso de alfabetização, seis de 1º grau até a 4ª série; uma de 1º grau da 5ª à 8ª série e uma não tinha nenhum tipo de curso. Segundo os dados coletados em 1995 observa-se uma pequena melhora da situação educacional: todas as oito comunidades passaram a ter alfabetização e 1º grau até a 4ª série; uma continuou tendo 1º grau da 5ª à 8ª série e passou a ter também 2º grau. Três passaram a oferecer cursos de alfabetização para adultos. As pessoas que querem e podem continuar a vida escolar, normalmente se dirigem para Valença.

De uma maneira geral não há falta de professores. O que falta, às vezes, é o material de ensino (giz, livros, etc.). Algumas comunidades reclamam da precariedade do ensino e da falta de vagas.

Um outro problema levantado é que o tipo de serviço oferecido trata apenas da educação formal. São reclamados cursos para formação específica na área de pesca como forma

de treinar e aperfeiçoar a mão-de-obra empregada na atividade.

## SAÚDE

Segundo os dados da SUDEPE (1988) apenas quatro comunidades possuíam posto de saúde, oferecendo serviços de pronto atendimento, clínica geral e vacinação. Já em 1992, segundo as informações da Bahia Pesca S.A. (1994: 54), seis comunidades passaram a ter postos de saúde, ficando apenas duas sem atendimento médico. Pelos dados de 1995, seis comunidades são atendidas por postos de saúde; uma (a sede) conta com um centro de saúde que, além dos serviços dos postos de saúde, oferece também o obstétrico; e uma outra continua sem atendimento médico. Em nenhuma das comunidades observou-se instalações da rede privada.

De uma maneira geral, em cada posto de saúde há uma enfermeira. Um médico e um dentista (que só faz extração) fazem uma visita por mês em cada comunidade que tem instalação médica. Os partos são feitos, em sua grande parte, em Valença. Às vezes faltam medicamentos.

Pode-se observar, então, uma melhoria dos serviços de saúde. Contudo é clara a precariedade. Quando no caso de emergência médica, as dificuldades de transporte são, às vezes, fatais. A presença do médico e do dentista apenas uma vez por mês nas comunidades não é suficiente para sanar os vários problemas. Ainda mais levando-se em conta que estes profissionais prestam um atendimento bem limitado: vide, por exemplo, o dentista que só faz extração.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A situação do abastecimento de água não mudou entre 1992 (Bahia Pesca S.A.; 1994: 55) e 1995. Apenas cinco das oito comunidades pesquisadas têm água encanada. As demais buscam abastecimento em fontes alternativas como poços, cisternas e cacimbas.

Somente em Cairu (sede) o abastecimento é considerado bom. Nas demais comunidades sempre falta água, principalmente no verão. Em algumas comunidades, onde a água é paga pela prefeitura, existe racionamento e divisão da distribuição (num dia uma parte da comunidade é abastecida, no outro, a outra parte é atendida). Um dos maiores motivos da falta de água é a falta de energia, que faz parar as bombas d'água que servem para distribuir a água encanada. Este problema vem afetando e prejudicando, principalmente, a comunidade de Morro de São Paulo, recebedora de grande número de turistas que, nas pousadas e hotéis, reivindicam um bom atendimento de água e energia.

Vale ressaltar que, na maioria das vezes, a água que chega ao consumidor final não dispõe de nenhum tipo de tratamento preventivo a doenças de veiculação hídrica.

## ENERGIA ELÉTRICA

Segundo os "dados de 1995" todas as comunidades são atendidas pela COELBA. Em 1992 (Bahia Pesca S.A.; 1994:55) apenas uma comunidade não estava ligada à rede da COELBA nem tinha geração alternativa (à base de óleo diesel, por exemplo).

A energia elétrica só funciona bem na sede. Nas outras comunidades a energia oscila, quando não falta por muito tempo, o que reduz a vida útil dos aparelhos elétricos, que são facilmente danificados, inclusive as bombas d'água.

Os serviços de abastecimento de água e energia elétrica têm uma importância fundamental para as comunidades pesqueiras, principalmente em se tratando da questão de conservação do pescado: fabricação de gelo, funcionamento de freezer, ... Eles são, até, um fator determinante da capacidade de produção e do preço final do produto.

#### INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Aqui, a situação não mudou entre 1992 (Bahia Pesca S.A., 1994:55) e 1995. Somente a sede tem rede de esgoto (que é jogado no rio) e, ainda assim, só atende a 50% da população, os outros 50% utilizam fossas. Outras cinco comunidades utilizam fossas com principal fonte de escoamento, mas também usam outros métodos: jogam os dejetos no mato, no quintal, no rio, ou têm esgoto aberto. As outras duas comunidades só utilizam estes "métodos alternativos".

Em Morro de São Paulo a situação é crítica. Dado o grande número de turistas, as poucas fossas de fundo raso não suportam o excesso de esgoto e vazam, despejando os resíduos no mar. Outros esgotos vão direto para o mar.

As instalações sanitárias nas comunidades pesqueiras deveriam ser uma prioridade, já que nestes locais se faz beneficiamento do pescado (que é feito, como já foi dito, de forma precária), o que exige um mínimo de higiene sanitária.

#### 2.3 - PRODUÇÃO COSTEIRA E ESTUARINA

Neste item, serão analisadas as questões referentes à produção, ao rendimento físico, à divisão da produção, à sazonalidade, aos apetrechos de pesca, às embarcações, aos preços dos pescados, às áreas de captura e aos custos das embarcações. Para tanto, vale lembrar que para os "dados de 1995" a base metodológica é a mesma da Bahia Pesca S.A.

(1994:7 a 12, 20 e 30 a 32), onde foram utilizados, para calcular as questões aqui apontadas, os seguintes métodos:

"A produção de peixe e alguns crustáceos - pesca embarcada - foi determinada a partir da quantidade média entre o mínimo e o máximo de produção diária de cada embarcação, multiplicada por vinte dias, cruzando-se com os tipos de apetrechos utilizados. Essa forma de obtenção das informações se torna necessária, posto que existe uma tendência por parte dos pescadores de subestimar sua produção especialmente dos produtos que sofrem fiscalização e taxaço de impostos (lagosta e camarão). Ressalta-se que esta produção é sazonal, sofrendo influência na captura na época do defeso, quando hipoteticamente a pesca deveria inexistir:

Para os outros crustáceos e moluscos - pesca desembarcada - adota-se critério semelhante, sendo que a produção estimada foi determinada a partir da média capturada multiplicada pela quantidade de marisqueiros e por 11 dias trabalhados, isto porque o restante do período mensal é utilizado para o beneficiamento do produto capturado:" (Bahia Pesca S.A.: 1994: 11).

"A determinação da quantidade estimada e do preço médio do produto, resultante da pesca desembarcada (...) foi estabelecida a partir do critério de conversão em preço, objetivando a uniformização das informações fornecidas pelos pescadores (litro, corda, Kg, etc.), onde para cada Kg do produto final beneficiado são necessários:

- . aratu - 120 unidades
- . caranguejo - 25 unidades
- . sirí - 60 unidades
- . siribóia - 40 unidades
- . guaiamum - 15 unidades
- . ralacôco - 180 unidades
- . tarioba - 180 unidades

- . ostra - 150 unidades
- . lambreta - 180 unidades;

Os dados de produção foram condensados em grupos maiores (peixes, moluscos e crustáceos) para análise, evitando-se dessa forma erros de classificação taxonômica." (Bahia Pesca S.A.; 1994: 20).

Os dados sobre sazonalidade, época de maior "aparecimento" da espécie, foram coletados, para evitar erros gritantes, sob a forma de estações do ano. Contudo, somente foram indicados verão, inverno e "sempre" (sem época específica).

O valor do dólar utilizado para conversão foi de R\$ 0,85.

#### EMBARCAÇÕES

Em 1988 (SUDEPE; 1988) foram apontadas, no município de Cairu, apenas 20 embarcações, todas elas do tipo canoa (vale lembrar que o método de coleta desse órgão é diferente do utilizado pela Bahia Pesca S.A e por este trabalho). Em 1992, conforme tabela 1 abaixo, foram levantadas 328 embarcações, sendo 179 canoas, 2 catraias, 91 saveiros convés e 56 saveiros boca aberta. Já nos "dados de 1995" foram apontadas 377 embarcações, sendo 228 canoas, uma lancha, 121 saveiros convés e 27 saveiros boca aberta.

Pode-se observar um grande crescimento do número de embarcações de 1988 para 1992 e 1995. Contudo, considerando os métodos diferentes utilizados pela SUDEPE, serão trabalhados os dados de 1992 e 1995.

Apesar do crescimento do número de embarcações não ter sido muito grande (14,9%) entre 1992 e 1995, é possível observar que, no mesmo período, aumentou consideravelmente o número de saveiros convés (40%) que são barcos de melhor qualidade para a pesca, enquanto que o número de saveiros boca aberta



(barcos de motor de qualidade inferior) caiu em menos da metade.

Os saveiros boca aberta e convés são embarcações que, em geral, utilizam o motor para a sua propulsão, seu comprimento variando em média de 4 a 17 metros. Eles "locomovem-se até pesqueiros mais distantes e, na maioria das vezes, os saveiros boca aberta possuem velas que são utilizadas com vento favorável ou quando acontece avaria no motor. Os saveiros de convés são os que têm estrutura para promover a pesca de arrasto, possuindo os requisitos mínimos para passar de 2 a 15 dias no mar, tais como cabine para alojar os tripulantes e geladeira para conservação do pescado. Já os de boca aberta são mais simples, desprovidos de convés; em geral são menores, têm motores menos potentes e raramente levam gelo, não podendo passar mais de um dia no mar." (Bahia Pesca S.A.; 1994: 31).

Os pescadores dizem que melhor seriam embarcações de fibra, mais potentes (motor quatro cilindros), maiores (para grandes distâncias) e melhor equipadas.

TABELA 1 - PRODUÇÃO TOTAL DA PESCA EMBARCADA  
1992 E 1995 - MUNICÍPIO DE CAIRU/BA

EMBARCAÇÕES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
SAVEIRO BOCA ABERTA (UNID)	56	20	(64.29)
PRODUÇÃO MENSAL (20 DIAS) EM KG	...	4986	
SAVEIRO CONVÉS (UNID)	91	128	40.66
PRODUÇÃO MENSAL (20 DIAS) EM KG	...	60720	
LANCHA (UNID)	-	1	
PRODUÇÃO MENSAL (20 DIAS) EM KG	-	200	
CANOVA/BATELÃO (UNID)	179	228	27.37
PRODUÇÃO MENSAL (20 DIAS) EM KG	...	36160	
CATRAIA/BATEIRA (UNID)	2	-	
PRODUÇÃO MENSAL (20 DIAS) EM KG	...	-	
TOTAL (UNID)	328	377	14.94
TOTAL PRODUÇÃO MENSAL EM KG	106488	101866	(4.34)
QUANTIDADE DE PESCADORES	1310	1930	47.33
PRODUÇÃO MENSAL POR PESCADOR	81.29	52.78	(35.07)

FONTE: 1992, BAHIA PESCA S.A  
1995, VITOR COUTO FILHO

#### APETRECHOS DE PESCA

Pelos dados da Bahia Pesca S.A. (1994: 45), das oito comunidades pesquisadas, todas usavam redes de malha<sup>(4)</sup>; quatro usavam redes de arrasto<sup>(5)</sup>; nenhuma usava tarrafa; cinco usavam armadilhas<sup>(6)</sup>; seis usavam anzóis<sup>(7)</sup>; quatro usavam apetrechos de ferir<sup>(8)</sup> e seis usavam coleta manual<sup>(9)</sup>. Hoje,

<sup>4</sup> REDE DE MALHA: arraieira, bagreira, caçoeira, corvineira, parozeira, rede alta, rede de fundo, rede lixeira, rede de espera, rede de agulha, rede de lagosta e sauneira, rede de reça.

<sup>5</sup> REDE DE ARRASTO: andarilho, parelha, redinha, rede de camarão, rede de cerca, redinha de beira, rede balão e rede de puxada.

<sup>6</sup> ARMADILHA: camboa, camboa de palha, covo, jereré, jiqui (canto), munzuá, rede de armar, tapasteiro (pesqueiro), tapagem e travessa.

<sup>7</sup> ANZOL: grosseira, espinhel, linha de arrasto, linha de borbulha, linha de corso e linha de fundo.

<sup>8</sup> - APETRECHOS DE FERIR: arpão (espingarda e compressor), bicheiro e gancho.

todas utilizam redes de malha, redes de arrasto e anzol; cinco utilizam tarrafa; cinco utilizam armadilhas; cinco utilizam apetrechos de ferir e só duas utilizam a coleta manual. Constata-se, então, um aumento da utilização dos apetrechos nas comunidades e maior diversificação dos tipos de apetrechos utilizados.

Os pescadores consideram os apetrechos utilizados insuficientes e, em alguns casos, ultrapassados. Segundo eles, existem apetrechos mais modernos, contudo inacessíveis financeiramente.

No tocante à eficiência técnica dos apetrechos, em termos do seu rendimento físico, existem dados de 1988 (SUDEPE, 1988) e dados de 1995. Esses dados, pelos resultados apresentados, podem ser comparados. Em todos os casos, com exceção de um, houve queda de eficiência de 1988 para 1995, provavelmente devido aos fatores que serão abordados mais adiante no item 2.5 (principais problemas da pesca).

A rede de espera (tresmalho), que faz parte do grupo das redes de malha, foi o único apetrecho que apresentou aumento de eficiência técnica, passando de 0,86 Kg por hora/pessoa em 1988 para 1,38 Kg por hora/pessoa em 1995. Acredita-se que este fato se deveu ao avanço da utilização do nylon neste tipo de apetrecho, que é mais resistente (e mais predatório), em lugar do antigo "fio de corda".

A tainheira, também pertencente ao grupo das redes de malha, apresenta um quadro diferente daquele do tresmalho: passou de 3,50 Kg por hora/pessoa em 1988 para 1,83 Kg por hora/pessoa em 1995.

A rede de arrasto para camarão, pertencente ao grupo das redes de arrasto, demonstrou uma forte queda de rendimento, passando de 3,16 Kg por hora/pessoa, em 1988, para 2,01 Kg por hora/pessoa, em 1995.

---

\* COLETA MANUAL: *currupichel*.

## ÁREAS DE CAPTURA

Conforme os dados coletados, cresceu a área de captura (locais de pesca dos saveiros convés) entre 1992 e 1995. Em 1992 os saveiros convés pescavam a uma distância de 8 a 100 milhas de suas comunidades, passando para 13 a 118 milhas em 1995.

Segundo os "dados de 1995", alguns saveiros convés vão até Itacaré, sul de Porto Seguro e Abrolhos, para pescar. Isto se deve à redução dos estoques de pescados próximos à comunidade, obrigando os pescadores a procurarem pesqueiros mais distantes.

## SAZONALIDADE

No tangente à sazonalidade, constatou-se que, nos "dados de 1995", aparecem pequenas divergências entre os dados das diferentes comunidades pesquisadas e significativos desencontros em relação aos dados da SUDEPE (1988). Isto demonstra a necessidade de que sejam feitas pesquisas pelos órgãos competentes (IBAMA, Bahia Pesca, ...) de forma que se possa conhecer as melhores épocas para a pesca, ou seja, as épocas mais produtivas.

A seguir, são apresentadas as tabelas 2 e 3 que contêm as espécies e suas respectivas sazonalidades (além da produção e do preço do Kg em dólar e em reais) coletadas em 1995. São considerados os "dados de 1995" pois alguns dados de sazonalidade apresentados pela SUDEPE (1988) parecem inconsistentes, conforme exemplo a seguir: a SUDEPE considera que a sazonalidade do camarão sete barbas é no verão. Contudo, segundo os pescadores a época de maior oferta desta espécie é no inverno ("dados de 1995"), encontrando-se no IBAMA a mesma informação. Este fato é confirmado por COUTO (1991: 27), quando propõe:

"Avaliar as pesquisas até então realizadas, principalmente aquelas que resultam em medidas relacionadas com a proteção dos recursos (defeso, controle da poluição etc). Para citar um só exemplo: A SUDEPE estabeleceu o defeso do camarão para março e abril de 1987, enquanto os pescadores do Litoral-Sul garantem que a desova já havia sido feita no mês de janeiro".

TABELA 2 - PRODUÇÃO, PREÇOS E SAZONALIDADE DE ALGUMAS ESPÉCIES DE PEIXES E CRUSTÁCEOS RELACIONADOS À PESCA EMBARCADA

1992 E 1995 - MUNICÍPIO DE CAIRU/BA

ESPÉCIES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
<b>PEIXES</b>			
ALVACORA (KG)	200	1050	425.00
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.16	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	0.79	1.84	132.41
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
ARRAIA (KG)	1500	1360	(9.33)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	1.64	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	0.79	1.40	76.76
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
BADEJO (KG)	1500	700	(53.33)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.80	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.84	2.38	29.35
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
CARAPEBA (KG)	200	2170	985.00
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	1.96	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.23	1.67	(25.29)
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
CAVALA (KG)	1000	2080	108.00
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.10	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.68	2.64	56.85
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
DENTÃO (KG)	4500	1060	(76.44)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.62	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.42	2.22	56.63
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
DOURADO (KG)	300	1400	366.67
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.70	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	0.79	2.30	190.51
SAZONALIDADE	...	VERÃO	

ESPÉCIES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
GUARAIUBA (KG)	4500	200	(95.56)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.50	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.54	2.13	37.99
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
OLHO DE BOI (KG)	4000	1130	(71.75)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.05	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.67	2.59	55.24
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
PESCADA (KG)	1700	1320	(22.35)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.43	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.55	2.06	33.18
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
ROBALO (KG)	100	940	840.00
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.65	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.06	3.10	50.61
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
CIOBA (KG)	4500	1083	(75.93)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.70	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.49	2.30	54.03
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
TAINHA (KG)	26100	2685	(89.71)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.19	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	0.86	1.86	116.21
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
VERMELHO (KG)	3500	900	(74.29)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.84	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.49	2.41	62.01
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
XAREU (KG)	2000	500	(75.00)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	2.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.51	1.70	12.58
SAZONALIDADE	...	VERÃO	

ESPÉCIES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
<b>CRUSTÁCEOS</b>			
CAMARÃO SETE BARBAS (KG)	1600	13350	734.38
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	1.78	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.80	1.52	(45.86)
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
CAMARÃO ROSA/VERDADEIRO (KG)	2580	10650	312.79
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	4.74	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	4.17	4.03	(3.32)
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
CAMARÃO PISTOLA (KG)	15000	5250	(65.00)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	11.60	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	5.02	9.86	96.41
SAZONALIDADE	...	INVERNO	
LAGOSTA VERMELHA (KG)	27000	3300	(87.78)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	8.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	3.08	6.80	120.78
SAZONALIDADE	...		
LAGOSTIM (KG)	2800	1840	(34.29)
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	6.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.26	5.10	125.66
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	

FONTE: 1992, BAHIA PESCA S.A

1995, VITOR COUTO FILHO



TABELA 3 - PRODUÇÃO TOTAL, PREÇOS E SAZONALIDADE DAS ESPÉCIES DE CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS RELACIONADOS À PESCA DESEMBARCADA

1992 E 1995 - MUNICÍPIO DE CAIRU/BA

ESPÉCIES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
<b>CRUSTÁCEOS</b>			
ARATU (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	1.95	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.88	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.86	3.29	77.08
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
CARANGUEJO (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	2.95	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	4.61	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.63	3.92	140.56
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
SIRI (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	1.83	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	4.86	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.57	4.13	162.97
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
<b>MOLUSCOS</b>			
LAMBRETA (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	1.21	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	5.70	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.06	4.85	135.19
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
OSTRA (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	2.64	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.40	2.55	82.14
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	

ESPÉCIES	1992	1995	VARIAÇÃO (%)
PEGUARI (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	0.96	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	0.76	2.55	235.53
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
POLVO (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	4.00	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	5.13	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	2.06	4.36	111.47
SAZONALIDADE	...	VERÃO	
SURURU (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	2.67	
PREÇO MÉDIO (1KG/R\$)	...	3.17	
PREÇO MÉDIO (1KG/US\$)	1.11	2.69	142.49
SAZONALIDADE	...	SEMPRE	
MÉDIA (QTD MEDIA DIA/MARISQUEIRO EM KG)	...	2.28	
QUANTIDADE DE MARISQUEIROS	180	370	105.56
PRODUÇÃO MENSAL TOTAL	7022.00	9262.88	31.91
PRODUÇÃO MENSAL POR MARISQUEIRO	39.01	25.03	(35.83)

FONTE: 1992, BAHIA PESCA S.A.  
1995, VITOR COUTO FILHO

#### PREÇO DOS PESCADOS

A comparação do preço dos pescados em dólares entre os dados da Bahia Pesca S.A. de 1992 e os "dados de 1995" (tabelas 2 e 3), mostra que houve um aumento significativo para quase todas as espécies.

O aumento só não se deu no caso dos crustáceos camarão sete barbas e camarões rosa e verdadeiro (que têm sempre o mesmo preço no mercado) e para o peixe Carapeba.

Para as duas espécies de crustáceos houve uma queda no preço de, em média, 21%. Isto pode ser explicado pela maior oferta e maior pesca destas espécies no período da pesquisa. Em contrapartida, o camarão pistola, mais apreciado pelos turistas, subiu 96%, dada a grande procura. Mesmo os camarões rosa e verdadeiro, que também são apreciados pelos turistas, têm em 1995 seus preços muito acima da média de 1992 nas comunidades onde o turismo está em ascensão (Morro de São Paulo, Boipeba e Garapuí). O preço do sete barbas só esteve maior em 1995, com relação à média de 1992, em Morro de São Paulo, comunidade mais explorada pelo turismo.

A Carapeba sofreu diminuição no preço (25,3%) devido ao grande aumento da pesca desta espécie (985,0%), o maior de todos.

Os peixes de primeira qualidade, também influenciados pelo turismo de Morro de São Paulo, Boipeba, Garapuí e Gamboa, tiveram maiores aumentos. Isto também se observou com os crustáceos e moluscos apreciados pelos turistas como "tira-gosto", a exemplo da lagosta (120,8%), do lagostim (125,6%), do caranguejo (140,6%) e da lambreta (135,1%).

Por outro lado, nas espécies tidas como de terceira qualidade, observaram-se aumentos menores. Estes aumentos ocorreram principalmente pela menor oferta, dada a dificuldade de pesca destas espécies, resultante dos métodos predatórios aplicados nos anos anteriores (e que ainda imperam).

## PRODUÇÃO

A produção de pescados do município atingiu em novembro de 1992 113.510 kg (56.000 kg de peixes, 53.930 kg de crustáceos e 3.580 kg de moluscos), representando 2,0% da produção do Estado. Devido à extensa área de manguezais, a produção de crustáceos foi a 6ª da Bahia (3,7%) e a de

moluscos a 13<sup>a</sup> (1,8% de um total de 43 municípios pesquisados).

Para a comparação de dados, considerando as formas diferentes de cálculo da produção de pescados, este item foi dividido em duas partes segundo os modos - embarcado e desembarcado - de pesca.

#### a) Pesca Embarcada

Quanto a este tipo de pesca (peixes e alguns crustáceos), constatou-se, através da observação da tabela 1, uma queda da produção mensal (4,3%), apesar do aumento do número de embarcações e de pescadores. Isto levou a uma queda da relação kg/pescador/mês que já era baixa: para o Estado da Bahia, a Bahia Pesca S.A. (1994: 24) estimava, em 1992, um rendimento mensal de 206,0 kg/pescador. Enquanto isso, no município de Cairu, na mesma época, registrava-se um valor bem mais baixo (81,3 kg/pescador). De 1992 para 1995, este rendimento caiu 35,1% passando, então, para 52,8 kg/pescador.

Das 20 espécies de peixes e crustáceos levantados pela Bahia Pesca S.A. no município, 13 tiveram queda de produção (tabela 2), dados os fatores discutidos no item 2.5, (principais problemas da pesca). Isto leva os pescadores a se dedicarem a outras espécies (de segunda e terceira qualidades), que eram tidas como subexploradas ou não exploradas. Segundo os "dados de 1995" mais 31 espécies entraram na "mira" dos pescadores, em relação a 1992.

O Badejo e o camarão Pistola, pescados mais requisitados pelo mercado, sofreram queda de produção de 53,3% e 65,0%, respectivamente, devido ao grande esforço de pesca, em períodos anteriores, que implicou a redução dos estoques. A comunidade que mais produz é Boipeba, que é também a que tem mais tradição de pesca; e a que menos produz é Morro de São Paulo que está cada vez mais se dedicando ao turismo;

## b) Pesca Desembarcada

A pesca desembarcada (moluscos e alguns crustáceos) apresentou crescimento de produção da ordem de 31,91% (tabela 3), pois algumas espécies que eram subexploradas ou não-exploradas - devido aos baixos preços e dificuldade de pesca - passaram a ser superexploradas graças à grande demanda dos turistas e ao grande aumento dos preços. Citamos, como exemplo, o caranguejo e a lambreta que tiveram seus preços majorados em, respectivamente, 140,6% e 135,2%, e são, hoje, alguns dos "tiragostos" mais requisitados.

Por outro lado, esse aumento da produção não acompanha o crescimento do número de marisqueiros que foi da ordem de 105,6%. Isto provocou uma queda na relação kg/marisqueiro/mês, que já era baixa. A eficiência técnica estimada para o Estado da Bahia, em 1992, era de 41,5 kg/marisqueiro/mês (Bahia Pesca S.A., 1994: 24), enquanto para o município de Cairu era de 39,0 kg/marisqueiro/mês. Esta eficiência caiu mais ainda em 1995, atingindo 25,0 kg/marisqueiro/mês, o que representa um decréscimo de 35,8%. Esta queda também pode ser explicada na análise dos principais problemas da pesca (item 2.5).

Somando-se a produção da pesca embarcada com a pesca desembarcada, observa-se uma queda, entre 1992 e 1995, de 2,0%. Comparando os dados de 1988 (SUDEPE, 1988) com 1995, houve um crescimento da ordem de 235,0%. Contudo, vale lembrar, as diferentes formas de coleta de dados não tornam confiável esta última afirmação.

## DIVISÃO DA PRODUÇÃO

A SUDEPE (1988) registrou uma única forma de divisão da produção: "após pagamento do custo de viagem (óleo diesel, comida, gelo, iscas, ...) o proprietário da embarcação retira 50% do rendimento, os outros 50% são divididos entre

os tripulantes. O custo é dividido igualmente pelos tripulantes".

Nos "dados de 1995", além desta forma já descrita de divisão da produção, outras foram apontadas:

. são retirados do rendimento 30% fixo para as despesas de viagem, o restante sendo dividido entre o proprietário da embarcação (50%) e os tripulantes (50%);

. do rendimento total, 30% ficam com o proprietário da embarcação que se encarrega de pagar o óleo diesel, o ferro e o cabo e 70% ficam com os tripulantes que pagam o gelo e a comida da viagem.

Quando o proprietário do barco não é o proprietário do(s) apetrecho(s) utilizado(s) na pesca, existem outras formas de divisão:

. o proprietário da embarcação recebe 30% da produção e fica responsável pelo pagamento das despesas de viagem. O restante é dividido entre o proprietário do apetrecho (50%) e os tripulantes (50%);

. os custos de viagem são retirados do rendimento da viagem (pesca) e o restante é dividido: 30% para o proprietário da embarcação, 20% para o proprietário do apetrecho e 50% para os tripulantes.

Na divisão entre os tripulantes, normalmente, o mestre de pesca<sup>10</sup> recebe uma parte maior da produção.

Outra forma de divisão da produção é encontrada em pescas "mais simples", onde se utilizam uma canoa e um apetrecho (rede) ou somente um apetrecho (rede) e faz-se a pesca na beira:

---

<sup>10</sup> - *Pescador mais experiente que comanda a viagem e indica os pontos de pesca.*

. quando não se usam canoas, 1/3 da produção fica com o proprietário do apetrecho que se encarrega de consertá-lo e mantê-lo, e 2/3 vão para os pescadores;

. quando o proprietário da canoa é o mesmo do apetrecho, 50% da produção ficam com ele, que se responsabiliza pelos custos de manutenção da canoa e do apetrecho e 50% são divididos entre os pescadores;

. outra forma é separar 1/3 da produção para a manutenção da canoa e do apetrecho, 1/3 para o(s) proprietário(s) e 1/3 para os pescadores.

Vale ressaltar que, em todos os casos, se o proprietário da embarcação e/ou do apetrecho participar da pesca, ele também recebe como tripulante/pescador.

Observou-se que, onde a pesca é mais desenvolvida, os proprietários de embarcações e apetrechos recebem, proporcionalmente, uma maior parte da produção.

#### CUSTOS DAS EMBARCAÇÕES

Foi feita uma coleta de informações ("dados de 1995") sobre preços de embarcações e manutenção destas, em duas comunidades diferentes: Cova da Onça e Boipeba. A primeira apresenta uma produção pesqueira dentro da média do município. A segunda é a que detém a primeira colocação em número de embarcações, em número de pescadores e em produção de pesca embarcada.

Foi pesquisado, nas duas comunidades, o Saveiro convés com oito metros de comprimento, motor NS B18, equipado, usado. Em Cova da Onça, seu preço foi estipulado em US\$ 8.500,00 e sua manutenção anual (calafeto, pintura, piche e breu) em US\$ 1.105,00. Já em Boipeba, o preço subiu para US\$ 12.750,00 e a manutenção para US\$ 2.346,00. Isto se deve ao

fato de que a procura por estas embarcações em Boipeba é muito maior. Quanto à manutenção, é sabido que as embarcações em Boipeba são mais "sacrificadas", já que saem mais freqüentemente para pescar (passam quase todos os dias no mar), o que exige maior número de reparos. Além disso, existem poucos reparadores de embarcações em Boipeba, proporcionalmente ao número destas, fazendo com que as oficinas de manutenção estejam sempre ocupadas, trazendo como conseqüência valores altos pelos serviços.

Também foi levantado o custo com óleo diesel. Para tanto consideram-se embarcações bastante ativas (Boipeba). Estas consomem, em média, 750 litros mensais (9000 litros anuais), que correspondem a US\$ 2.754.00 anuais.

## 2.4 - COMERCIALIZAÇÃO

O primeiro ponto a ser abordado aqui é o beneficiamento e conservação do pescado, essenciais para o bom desenvolvimento da comercialização.

O pescado é altamente perecível e necessita, para garantir suas propriedades organolépticas e seu aspecto sanitário, de estruturas de conservação: freezer e gelo, local para beneficiamento, estruturas sanitárias etc. Em 1992 (Bahia Pesca S.A., 1994: 68), das oito comunidades pesquisadas, três conservavam o pescado salgado; uma, defumado e cinco congelado em freezers (observa-se que alguns utilizavam e utilizam mais de um método de conservação). Em 1995 ("dados de 1995"), a situação melhorou um pouco: duas comunidades conservam o pescado salgado; três, defumado e oito (todas) congelado; cinco utilizam gelo para a pesca e transporte dos pescados, vendendo o produto na forma "in natura"/resfriado e obtendo, dessa forma, preços inferiores aos praticados no mercado, para evitar a deterioração.

Apesar de todas as comunidades utilizarem a conservação através de congelamento (freezing), são poucos os pesca-



dores que têm acesso a esta forma. Normalmente os pescados são comercializados "in natura"/resfriados com a cooperativa de Valença e com intermediários. Nos dois casos, os compradores "adiantam" (emprestam) o gelo, o óleo e a comida para a viagem. Assim sendo, os pescadores assumem o compromisso de vender o produto para estes a preços abaixo do mercado.

Aborda-se, então, o segundo ponto: o processo de venda do pescado. Em 1992 (Bahia Pesca S.A., 1994: 68), observou-se que apenas três comunidades vendiam para consumidores das próprias comunidades ou de localidades próximas, enquanto nos "dados de 1995" este número passa para seis, devido ao crescimento do turismo e do mercado. Todas as comunidades, pelos dados de 1992, vendiam para intermediários (cooperativa de Valença, proprietários das embarcações e intermediários de Valença e Taperoá). Em 1995 constatou-se que somente sete comunidades vendem para intermediários, já que Morro de São Paulo passou a abastecer exclusivamente o mercado interno e a comprar pescados das comunidades vizinhas.

Chega-se ao terceiro ponto: destino após a primeira comercialização. Os pescados, em 1992, iam para Salvador, Valença, Feira de Santana e Ituberá, através dos intermediários. Em 1995 acrescenta-se Cairu a estas cidades - Cairu começa a se transformar em um ponto de intermediação como Valença -, além da comunidade de Morro de São Paulo. É importante ressaltar que, a partir de Feira de Santana, os pescados são transportados para outras cidades do Brasil como, por exemplo, Brasília. Em Salvador, os pescados são comercializados no Mercado Modelo, Feira de São Joaquim e Mercado de Itapuã.

Os pescados, de uma forma geral, são comercializados a céu aberto, a elevada temperatura ambiente, sem higiene. Desta forma, chegam ao mercado produtos de má qualidade e a altos custos.

Esse quadro é propício à ação dos atravessadores que, através de especulações, concorrem para que o pescado somente chegue, em alguns casos, ao consumidor final após a quinta intermediação. Isto eleva o valor do produto a preços proibitivos para a população de baixa renda.

Conclui-se, então, que a ausência de canais de comercialização adequados contribui para a perecibilidade do produto, descapitalização do pescador e comprometimento do abastecimento local.

No município de Cairu só existe uma fábrica de gelo (Gamboa) que quase não abastece as comunidades: estas preferem buscar o gelo em Valença que oferece uma infraestrutura mais complexa (comida, óleo diesel, manutenção dos barcos etc.).

## 2.5 - PRINCIPAIS PROBLEMAS

Como visto no item 2.3, houve queda de produção e eficiência técnica. Esta situação é explicada, conforme apresentado nos itens 2.1, 2.2 e 2.4, por diversos fatores como infraestrutura precária, tanto nas comunidades (educação, saúde, abastecimento de água, energia elétrica e instalação sanitária) quanto nos pontos de desembarque (cais, gelo, óleo, energia e água); comercialização deficiente (dificuldade de acesso às comunidades, falta de meios para conservação do pescado e, principalmente, presença do atravessador); além de outros elementos apontados pelos pescadores.

Segundo a pesquisa feita pela Bahia Pesca S.A. (1994: 73), para os pescadores e marisqueiros são quatro os principais problemas relativos à pesca: falta de infraestrutura no ponto de desembarque, falta de apoio das instituições governamentais, pesca predatória e falta de uma política de exploração turística. Em 1995, através do levantamento de

dados primários, a mesma pesquisa foi feita e o resultado, apresentado em ordem decrescente de maior frequência de citações, é o seguinte:

- . pesca predatória;
- . falta de financiamento para aquisição de embarcações;
- . falta de infra-estrutura no ponto de desembarque;
- . falta de apoio das instituições governamentais;
- . poluição ambiental;
- . falta de uma política de exploração turística (abandono da atividade pesqueira);
- . temporal;
- . falta de ensino específico para os pescadores;
- . falta de organização da categoria;
- . transtornos no ponto de desembarque causados pela "Biônica" (barco grande que faz a linha turística Valença/Gamboá/Morro de São Paulo).

Com base nessas informações, considerando o que já foi tratado nos itens anteriores, foram escolhidas algumas questões para serem analisadas aqui.

As questões relativas à pesca predatória e ao turismo serão analisadas nos itens "a" e "b", respectivamente. No segundo item, a análise deter-se-á num mal crescente, que poderá trazer grandes prejuízos ambientais, sociais e econômicos num futuro próximo, mas que ainda não é perceptível para a população local: a poluição das águas costeiras e estuarinas.

A falta de financiamento para aquisição de embarcações e apetrechos de pesca será tratada, juntamente com a falta de organização da categoria, no item "c".

As outras questões que não foram trabalhadas mais profundamente sugerem objetos para futuros estudos mais detalhados.

### a) Pesca Predatória

A pesca predatória está relacionada principalmente com a questão dos estoques marinhos: qualquer pesca mais agressiva pode exaurir as reservas (estoques) de forma tal que as taxas de reprodução de novos filhotes e, portanto, de futuras produções, descerão rapidamente.

É sabido que, nos últimos anos, diversas espécies vêm sendo tão "eficientemente" abatidas por pescadores de vários países, que estão hoje próximas da extinção e não poderão ser consideradas, por muito tempo, como recurso seguro para capturas contínuas. Ou seja, não houve, paralelamente ao crescimento tecnológico da indústria pesqueira mundial, o mesmo interesse ou cuidado na preparação de conhecimentos adequados no que respeita à fonte de matéria-prima para que se mantivesse uma indústria operante e lucrativa.

Segundo Christy Jr. (1993: 142), quando é permitido o acesso livre a um recurso natural como os recursos pesqueiros, os direitos de propriedade (tanto estatais, como individuais) não existem. E, também, não existem as bases para racionalizar a exploração desse recurso. Para ele, as razões são óbvias:

" . Un pescador no puede permitirse el lujo de pensar en el futuro de un recurso si no posee claramente los derechos exclusivos de explotación, porque cualquier cosa que deje en zona "para mañana" se lo puede quitar otro "hoy";

. si un recurso es gratuito, automáticamente no tiene precio, y por lo tanto atrae demasiado inversores interesados en explotarlo;

. si no está claramente delimitado el derecho exclusivo, los pescadores se pelearán por el recurso."

Fica claro, então, que a proteção de estoques é muito importante para os animais marinhos, particularmente para as espécies bastante exploradas pela pesca comercial. Para evitar o problema da sobrepesca são adotados em alguns países mecanismos de controle como: estabelecimento de limites para a quantidade de captura e do número de barcos dedicados a cada tipo de pesca, definição de métodos e aparelhos de pesca, época e área de pesca, etc. Só para citar um exemplo, os países das ilhas do sul do Pacífico, juntamente com a Nova Zelândia, Austrália e EUA, proibiram a utilização de um dos mais modernos e avançados apetrecho de pesca, a "red de emmalle". Esta, ainda é culpada pela morte de numerosos mamíferos marinhos e pássaros.

Contudo, de uma forma generalizada, as medidas não estão sendo cumpridas e todo o oceano está sendo explorado ao máximo de sua capacidade (COMTE, 1993: 21).

No município de Cairu, e em todo o litoral do Estado da Bahia, verifica-se a prática de métodos inadequados de pesca, bem como a sua realização em épocas de desova (defeso), o que provoca, conseqüentemente, a depredação da fauna e flora marinha. Quando questionados sobre os períodos de defeso da lagosta (1º de janeiro a 30 de abril) e do camarão (1º de maio a 19 de junho), quase ninguém sabe responder com segurança, apenas em Cova da Onça obteve-se a resposta correta.

Práticas predatórias como arrastão, pesca de lagosta com rede, desmatamento de área de mangues, utilização de bombas (principalmente em Cova da Onça), desrespeito ao defeso (na Bahia a legislação só proíbe a pesca, via defeso, do camarão e da lagosta - Portarias Nº 56 e 137 do IBAMA), desrespeito ao tamanho mínimo para captura da lagosta (Portaria Nº 07 do IBAMA), entre outras, são vistas com freqüência no município de Cairu, afetando os estoques das águas costeiras e estuarinas.

No referente aos peixes, pode-se dizer que houve uma exploração desordenada e predatória por parte dos pescadores de Cairu. Peixes que em 1988 (SUDEPE, 1988) eram tidos como superexplorados, citam-se o Vermelho e a Sardinha, quase não são mais pescados pelas comunidades do município: desapareceram ("dados de 1995"). A Carapeba e o Maçambê (peixe de terceira qualidade e grande poder de reprodução) ainda se mantêm com uma produção razoável. Com isso, outros peixes, antes tidos como subexplorados ou não-explorados, como Arraia, Bagre, Cavala, Dentão, Dourado, Guaiúba, Olho-de-Boi e Tainha, passaram a ser superexplorados.

Os peixes superexplorados em 1988 eram classificados como de primeira qualidade, pois atingiam um alto valor de mercado, compensando a pesca. Verifica-se que, atualmente, alguns dos peixes superexplorados são classificados como de 2ª e 3ª qualidade, às vezes não compensando a pesca.

Quanto aos crustáceos, observou-se também um aumento do número de espécies superexploradas, entre 1988 e 1995. Eram considerados superexplorados somente o caranguejo e o siri e em 1995 juntaram-se a eles o aratu, o camarão (rosa, branco, pistola e sete barbas) e a lagosta (vermelha, verde e lagostim).

Por falta de fiscalização mais eficiente, o camarão é pescado, principalmente pelas comunidades de Boipeba e Canavieiras, utilizando arrastões com redes de malha fina e desrespeitando o defeso. Isto provoca a captura de filhotes, devido à malha fina e, quando no defeso, da fêmea ovada, destruindo os estoques que só se renovam com dois anos sem pesca.

A pesca da lagosta só é permitida para as lagosteiras autorizadas<sup>(11)</sup> que pescam com covos (apetrechos de pesca tipo armadilha que só capturam lagostas grandes/adultas).

---

<sup>11</sup> - No Nordeste, o único Estado que tem lagosteiras autorizadas é o Ceará, e muitas delas são vistas pescando em águas da costa de Cairu.

Contudo, desrespeitando a lei da utilização dos covos e a autorização para a pesca, as comunidades pesqueiras de Garapuá, Morro de São Paulo, Canavieiras, Boipeba e Cova da Onça pescam lagostas com redes de malha fina que, além de capturarem filhotes e fêmeas ovadas (quando na época do defeso), capturam a chamada fauna acompanhante (isto também acontece com os arrastões para a pesca do camarão), que é utilizada como isca ou jogada fora. A pesca predatória da lagosta destrói os estoques que só se renovam após oito anos sem pesca.

Vale ressaltar que a fiscalização do defeso (lagosta e camarão), mesmo precária, é feita, ainda que sob protestos (às vezes válidos) dos pescadores locais. Segundo estes, só para citar um exemplo, existem duas fases de desova distintas para as diferentes espécies de lagosta, uma para as lagostas verde e vermelha e outra para o lagostim. Mas o IBAMA (órgão fiscalizador) instaura o defeso na mesma época para as duas espécies. Com isso, o lagostim se prejudica, já que em sua época de desova ele é capturado sem a menor fiscalização.

A maior queixa dos pescadores ditos não-predatórios (ouvida em cinco comunidades) é a utilização da rede de lagosta, também conhecida como rede de espera. Ela é predatória de duas formas. Na primeira, quando o peixe é preso ele fica na rede, "esperando" que façam a despesca da lagosta, até apodrecer. Na segunda, quando o peixe não é preso mas é "cortado" pelo nylon "seco". Neste último caso, ou fica cego, ou morre. Como disse o Sr. Thomaz, pescador da comunidade de Galeão, "... quando o nylon corta o peixe, ele vai secando... secando... fica na pele e espinha e morre."

Aqui evidencia-se uma observação curiosa: nas comunidades onde se pesca com bomba, critica-se o arrastão e a rede de lagosta. Onde se pesca com rede de lagosta, critica-se o

arrastão e a bomba. E onde se pesca com o arrastão, critica-se a bomba e a rede de lagosta.

Os moluscos também são afetados pela pesca predatória e desordenada. O sururu, que em 1988 era uma espécie superexplorada, em 1995 passou a ter uma baixa captura devido à pouca oferta no ambiente natural. O polvo que não era explorado, passou a ser superexplorado. Repete-se, então, o que foi visto com os peixes e crustáceos, onde a intensificação de captura de uma espécie leva a seu quase desaparecimento, fazendo com que haja uma substituição por outra(s) espécie(s) para dar continuidade à atividade pesqueira.

#### b) Poluição e Turismo

Além da sobrepesca, uma degradação geral do meio ambiente nas áreas costeiras tem influenciado na diminuição dos estoques. Um dos fatores desta degradação, segundo Comte (1993: 20), é o crescimento da população mundial que se instala ao longo da costa. Estima-se que, no ano 2.000, 60% dos 3.000 milhões de habitantes das cidades em todo o mundo se concentrarão em zonas a menos de 70 km da costa. Muitos outros irão morar junto aos rios que, vale lembrar, desembocam no mar. Estes aglomerados urbanos próximos da costa ou dos rios são produtores de dejetos urbanos e industriais que contaminam a água do mar.

Conforme Skinner e Turekian (1977: 118),

"existem muitas razões para o incremento da densidade populacional ao longo das áreas costeiras, mas, uma das mais importantes, bem como a mais perturbadora, é que mais e mais indústrias estão se deslocando para a costa, em parte devido a uma necessidade de maiores depósitos para os resíduos que produzem. A expansão industrial no interior dos continentes é limitada, pois os rios



e águas subterrâneas de países altamente industrializados estão rapidamente sendo esgotados até a capacidade permissível por uma população, requerendo altos padrões de pureza ambiental. O único local aparentemente infinito, como um terreno de despejo, são os oceanos."

O transporte de materiais dos continentes para os oceanos é um processo maciço e inexorável: rios e ventos levam substâncias sólidas e solubilizadas para as águas costeiras e para o mar aberto. Seguindo o conceito formulado por Skinner e Turekian (op. cit.), qualquer modificação desse processo natural, quando induzida pelo homem, que altere sensivelmente a qualidade do ambiente ou interfira de algum modo no uso proveitoso de uma área, é considerada como poluição. Esta, tanto pode ser o resultado da adição de materiais fabricados pelo homem, como pode ser um incremento acima do nível da concentração de materiais que ocorrem naturalmente.

Os principais poluentes despejados ou injetados no oceano são os seguintes:

- . material bruto, como despejo de esgoto e material de dragagem;
- . fosfatos e outros materiais que afetam os ciclos biológicos do mar;
- . os chamados metais pesados como o mercúrio;
- . petróleo e seus produtos; e
- . hidrocarbonetos clorados, tais como o pesticida DDT e os reagentes químicos industriais chamados BPC.

No momento atual, o principal problema de poluição marinha no Brasil é a poluição orgânica da região litorânea. As concentrações urbanas no litoral são as principais responsáveis por este tipo de poluição, como, por exemplo, Salvador, Recife, Baía de Santos e Baía de Guanabara,

A poluição orgânica está ligada, e é complementada, a dois dos cinco principais poluentes citados acima: os materiais brutos e os fosfatos, ambos muito encontrados no litoral brasileiro.

Os materiais brutos poluentes encontrados na costa do Brasil são de diversos tipos: os associados aos usos de consumidores; os associados a usinas industriais e os associados à construção. Todos eles são prejudiciais ao meio ambiente marinho e, conseqüentemente, aos estoques de pescados.

Quanto ao fosfato, sabe-se que este existe em grande quantidade no esgoto municipal, uma parte vinda dos resíduos humanos e outra resultante do uso de detergentes ricos em fosfato.

A vida aquática depende da disponibilidade de nitrogênio e fósforo dissolvidos - regiões com grandes concentrações de nitrogênio e fósforo no oceano são tidas como locais de alta fertilidade biológica - contudo, se essas substâncias forem adicionadas pelo homem, ao meio aquático, existe uma possibilidade de crescimento excessivo dos fitoplânctons; plantas unicelulares diminutas que marcam o início da cadeia alimentar do meio marinho. Este processo é chamado de "eutroficação".

A concretização deste processo faz com que muito oxigênio aquoso seja consumido, tornando as águas mais profundas isentas de oxigênio e desenvolvendo um ambiente hostil à "vida aquosa mais evoluída" (peixes, crustáceos e moluscos).

Cairu, sendo um município costeiro, também está submetido aos tipos de poluição apontados (via materiais brutos e fosfatos). Estes poluentes podem vir a afetar profundamente a sobrevivência socioeconômica das comunidades pesqueiras do município. Isto porque as formas de poluição

apresentadas afetam os estoques de pescados que são essenciais para as comunidades cujas principais atividades econômicas são a pesca costeira, estuarina e a mariscagem.

Estas formas de poluição chegam ao município de Cairu por dois caminhos: o turismo e as correntes marinhas.

O turismo afeta a pesca artesanal de diversas formas. Algumas delas já foram trabalhadas nos itens anteriores. Aqui será tratada a destruição do meio ambiente costeiro e estuarino. Esta destruição é expressa pela poluição associada aos usos de consumidores, à construção e aos fatos.

Conforme já visto no levantamento feito pela pesquisa de campo, das oito comunidades pesquisadas somente uma tem rede de esgoto o que, para as conclusões deste trabalho, não significa proteção ao meio ambiente, já que de todo modo o esgoto chega ao mar. As outras operam com fossas precárias que atingem o lençol freático ou declaram não existir nenhum tipo de instalação sanitária, permanecendo o esgoto a céu aberto. Esta situação, associada ao grande avanço do turismo e das residências secundárias (casas de veraneio) nas comunidades, principalmente em Morro de São Paulo, Boipeba, Gamboa e Garapuá, desenha um futuro incerto para os estoques de pescados nas águas costeiras e estuarinas e, conseqüentemente, para a pesca artesanal no município em questão. Tem-se observado, ao longo de toda a costa brasileira, que a invasão de residências secundárias e equipamentos turísticos dissocia os trabalhadores do mar e seus familiares das atividades tradicionais como a pesca, mariscagem, extração vegetal, lavouras de subsistência e artesanato. Por um lado, a especulação imobiliária expulsa os pescadores para locais cada vez mais distantes dos pontos de embarque-desembarque. Por outro, transforma trabalhadores produtivos em "caseiros", com reflexos negativos na produção pesqueira. Este último aspecto é mais grave num Estado como a Bahia. Detentora da maior costa

litorânea do Brasil, além de grande potencial de águas interiores, a Bahia é um dos maiores importadores de pescado.

É comum encontrar lixo por todo lado e esgotos abertos, nas comunidades onde avança o turismo. Isto leva ao agravamento dos problemas de saúde. Conforme observou-se em visitas feitas ao local, os agentes parasitológicos se generalizam. A olhos vistos, os mais encontrados são o "bicho do pé" e a "larva migrae".

A beleza e a tranqüilidade dos locais, que "incentivam" a especulação imobiliária, acabam produzindo um processo de urbanização galopante e desordenado. Resulta imediatamente daí uma crescente poluição da construção civil, pois os detritos dessa atividade também são jogados no mar.

Quanto às correntes marinhas, sabe-se que um grande volume de lixo é levado pelas águas às praias, entre Boipeba e Morro de São Paulo, onde são desembarcados os pescados. Foi observado que, uma vez por semana, a população das comunidades pesqueiras retira o lixo (plásticos, latas, madeiras, etc.) desobstruindo as praias. Segundo informações obtidas de pescadores artesanais da região afetada, este lixo é proveniente de Salvador e vem aumentando seu volume com o passar dos anos. Faz-se o alerta: será que as correntes marinhas estão levando, ou levarão em breve, para estas comunidades, os poluentes associados aos usos de consumidores e às usinas industriais da grande metrópole, conforme visto no início do item?

### c) Financiamentos e Organização da Categoria

Os pescadores reivindicam financiamentos de barcos e apetrechos de pesca através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., pela linha de financiamento FNE/FDR. Alguns argumentam que só se deveria conceder empréstimos aos "bons"

pescadores. Para tanto, seria necessário conhecer os métodos de pesca de cada comunidade.

O financiamento para apetrechos de pesca é muito delicado. Caso o apetrecho sofra uma grande avaria, irreparável (pedra, pedaços de pau ou peixe grande), como é que o pescador vai produzir para poder pagar o financiamento?

No caso de financiamento para embarcações, este só tem funcionado via associações. Daí a necessidade de organizar a categoria. Caso um pescador não consiga pagar o financiamento de um barco, por exemplo, este é transferido para outro pescador da mesma associação que, por sua vez, assume a dívida.

É também importante a organização da categoria para quebrar a cadeia de intermediários. A compra, a revenda, a conservação e o beneficiamento deveriam ficar sob a responsabilidade da categoria organizada, de forma a diminuir as margens de comercialização (e conseqüentemente os custos), além de melhorar a qualidade do produto.

O controle da pesca predatória ficaria também sob a responsabilidade da organização dos pescadores. Enfim, estas e outras idéias serão equacionadas nas proposições, a seguir.

### 3 - PROPOSIÇÕES

#### 3.1 - PEQUENA PESCA MODERNA

Ao se observar a situação da pesca artesanal costeira e estuarina no município de Cairu conclui-se que esta tende à decomposição, caso não passe por um processo de modernização. Este processo necessita da participação do setor público, dos agentes financeiros e do setor privado, além de uma inter-relação entre as atividades pesca e turismo (todos estes pontos serão trabalhados nos itens seguintes). Com a conclusão do processo de modernização, pretende-se atingir um estágio de desenvolvimento da pesca artesanal, que passará a ser chamada de "pequena pesca moderna".

Sabe-se que os modelos de produção agrícola baseadas em pequenas propriedades familiares nos países que não completaram a "via prussiana" têm assegurado não só a produção nacional, como a qualidade de vida das populações envolvidas na produção. Conforme os objetivos deste trabalho, acredita-se que a diferenciação da pequena produção é transferível para a atividade pesqueira enquanto pequena pesca moderna. Existe, a exemplo da atividade pesqueira do Japão, da ex-URSS e da Escandinávia, a possibilidade de implantação de um modelo socioeconômico que assegure a manutenção da pesca como fonte de sobrevivência principal ou secundária para os moradores das comunidades do município de Cairu.

No tocante à produção, foi mostrado que o setor pesqueiro absorve quantidade expressiva de mão-de-obra, além de proporcionar alimentos com alto poder nutritivo. Com a pequena pesca moderna, o emprego da mão-de-obra poderá aumentar quantitativa e qualitativamente. O mesmo acontecerá com os pescados, de forma que o mercado obtenha este produto a preços acessíveis.

Pode-se, então, perguntar: por que pequena pesca moderna e não pesca industrial? Existem vários argumentos. Aqui serão apresentados os argumentos geográfico, da eficiência da produção e social.

A conformação geográfica do município de Cairu é constituída por muitos estuários onde torna-se mais propensa a exploração pela pequena pesca, como no exemplo da Escandinávia. Isto se deve ao fato de que se exige muito mais dos conhecimentos e habilidades do pescador (mestre) do que dos modernos aparelhos de pesca com tecnologia de ponta oferecidos pela pesca industrial. Sabe-se que esta tecnologia foi desenvolvida apenas para a grande pesca oceânica pois deriva, em parte, da geração de tecnologia do complexo industrial-militar. Mas isto não quer dizer que a pequena pesca deva se manter sempre atrasada tecnicamente. Ela deve ter acesso a uma tecnologia avançada, porém apropriada a uma escala de produção que não comprometa a preservação dos estoques.

No que se refere à eficiência da produção, a pesca artesanal costeira e estuarina (mesmo sem ser altamente tecnicizada e ainda que apresente alguns dos problemas detectados por este trabalho) é mais eficiente do que a pesca industrial. Isto é confirmado por WEBER & FONTANA, apud COUTO (1991: 35), ao se reportarem às pescas industrial e artesanal, afirmam que "a mais eficiente das duas formas de pesca nem sempre é aquela que repousa sobre uma alta tecnologia:

a) Investimentos

Os artesãos trabalham com mais de 70% de recursos próprios, contra 4 a 5% para a pesca industrial que se beneficia dos incentivos.

b) Lucros.

As taxas de lucro do capital são da ordem de 50 a 70% ao ano para a pesca artesanal, contra 3 a 7% para a industrial.

c) Emprego

A pesca artesanal emprega dez vezes mais.

d) Aproveitamento do pescado pré-desembarque

A pesca industrial rejeita no mínimo 45% das suas capturas, contra menos de 5% para a pesca artesanal.

e) Utilização dos Recursos

A pesca artesanal é incomparavelmente mais seletiva que a pesca industrial.

f) Combustível

O combustível representa 12 a 16% do custo das unidades artesanais, contra 25 a 30% para as unidades industriais: 190 litros por tonelada desembarcada artesanalmente, contra 450 litros por tonelada desembarcada na pesca industrial".

Pode-se admitir, então, que a pequena pesca moderna aqui proposta para o município de Cairu, venha a ser mais eficiente ainda.

Quanto ao argumento social, conforme visto no parágrafo anterior, a pesca artesanal emprega maior número de pessoas que a pesca industrial. Estima-se que, com a pequena pesca moderna, esta relação se mantenha, porém de forma mais organizada (organização da categoria) e mais rentável. Assim sendo, espera-se que as famílias das comunidades pesqueiras do município de Cairu venham a ter um melhor nível de vida.



### 3.2 - PAPEL DO SETOR PÚBLICO

É necessária a adoção, por parte do governo do Estado e da prefeitura de Cairu, de políticas que permitam fortalecer a pesca artesanal existente, visando o desenvolvimento da pequena pesca moderna.

#### a) Infra-estrutura pesqueira e social

Diante dos problemas levantados no item 2.2, fazem-se aqui algumas propostas com o intuito de corrigi-los:

1ª) Implantação de um terminal pesqueiro em Cairu (sede) que receba a produção de todo o município. Este terminal deve oferecer:

- . processamento do pescado, evisceramento e filetagem;
- . armazenamento de resfriados e congelados;
- . produção de gelo em escama;
- . transporte do pescado;
- . vendas no varejo e atacado;
- . apoio logístico para armação das embarcações:
  - água
  - combustível
  - bóia (rancho)
  - isca viva e outras
  - informação (rádio, salva-vidas, localização de pesqueiros)
  - reparos leves de embarcações e apetrechos;
- . bolsa de pescado, para organização do mercado, principalmente no que se refere a:
  - formação de preços (pregão e outras formas)
  - preços mínimos de garantia
  - classificação
  - processamento
  - embalagem
  - conservação
  - armazenamento
  - financiamento

- transporte e
- colocação no mercado.

Desta forma, também seria organizada a comercialização, conforme item "e", apresentado abaixo.

2ª) Conclusão da estrada pavimentada que liga Cairu a outras cidades.

3ª) Melhoria da infra-estrutura social das comunidades:

- . saneamento: implantando redes de esgoto;
- . educação: oferecendo maior número de vagas e melhor nível de ensino, além de colocar na sede os cursos que são procurados em Valença;
- . transporte: colocando, para cada comunidade, uma linha de transporte hidroviário que ligue à sede;
- . saúde: aumentando o número de serviços nas comunidades colocando mais médicos e remédios e oferecendo, na sede, os serviços procurados em Valença;
- . energia elétrica: melhorar o fornecimento de energia elétrica para evitar o estrago de eletrodomésticos, além de eliminar qualquer possibilidade de descongelamento involuntário do pescado estocado;
- . abastecimento de água: melhorar o fornecimento de água de forma a atender às necessidades das comunidades.

#### b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira

A prefeitura de Cairu em conjunto com a escola de pesca recentemente inaugurada em Valença (ainda não funcionando) deve:

- . promover o treinamento de pescadores, mestres, ajudantes e marisqueiros;
- . estimular, implantar e orientar a associação de pescadores e de marisqueiros do município de Cairu (organização da categoria);
- . difundir tecnologia para a construção e manutenção de embarcações;

, divulgar o emprego de instrumentos de navegação.

Quanto ao treinamento da categoria, foram definidos os seguintes conteúdos curriculares para o ensino técnico profissionalizante:

- localização e demarcação de pesqueiros
- motores marítimos
- elementos de mecânica e carpintaria
- utilização e conservação de apetrechos
- resistência para passar temporadas embarcado
- técnicas de frio (gelo, congelamento, resfriamento)
- outras técnicas de conservação (salga, defumação)
- motorista
- mestre de navegação e de pesca.

Deve haver também cursos de extensão de curta duração, nas próprias comunidades, voltados para a vida prática dos pescadores.

A associação formada deverá ter representantes que trabalhem, junto às autoridades competentes, em termos institucionais, na elaboração, execução, acompanhamento e controle da ação governamental na pesca estadual.

### c) Estudos e Pesquisas

Segundo informações da SUDEPE (1988), são raros os estudos e pesquisas que envolvem o município de Cairu. Foi realizado um trabalho visando a prospecção dos bancos de lagostas com vista à liberação da frota lagosteira industrial de outros Estados. No vizinho município de Valença, foram realizados alguns estudos visando o desenvolvimento da agricultura.

Diante desta situação, propõe-se uma parceria entre prefeitura, escola de pesca e universidade federais, para que sejam feitos estudos e pesquisas relacionados com a

atividade pesqueira na costa e nos estuários do município de Cairu. Estes estudos e pesquisas devem envolver:

- . análise das características físicas globais do ecossistema ambiente (correntes marinhas, regime de vento e pluviometria, marés, descargas de águas continentais, turbidez, etc.) e levantamento das propriedades físico-químicas e isotópicas da água e sedimentos;

- . identificação sistemática com classificação das espécies da flora e fauna marinhas;

- . estudos biológicos das espécies identificadas como economicamente viáveis, objetivando a orientação de métodos e épocas de pesca mais apropriados para que não se comprometa a preservação dos estoques;

- . quantificação dos estoques, através de inferências estatísticas baseadas no levantamento da produção pesqueira total. Este estudo deverá estar relacionado com o esforço de pesca, para que seja conhecida a sua influência sobre os estoques;

- . caracterização do fenômeno migratório num estudo detalhado sobre a movimentação de cardumes das espécies típicas de águas oceânicas.

Os estudos e pesquisas biológicos devem abranger "um período mínimo de dois anos para que seja possível a observação do ciclo de vida das diversas espécies. Faz-se necessária uma checagem a cada cinco anos." (DESENBANCO, 1985: 9).

E mais,

- . experimentos sobre conservas, salga, defumados, enlatados e derivados dos pescados;

- . identificação de agentes e vetores de doenças e pragas que incidem sobre a fauna e flora dos ambientes onde se desenvolve a atividade pesqueira;

- . pesquisa de preservação e recuperação biológica de bacias hidrográficas, mananciais, mangues e restingas;

. pesquisa de materiais para a construção de embarcações e adaptação da tecnologia naval moderna às condições regionais;

. desenvolvimento de equipamentos de pesca." (DESENBANCO e CPE, 1987: 134).

#### d) Fiscalização e Controle Ambiental

Diante do quadro exposto no item 2.5 fica clara a necessidade de uma melhor fiscalização e controle ambiental por parte dos órgãos públicos. Aqui, torna-se essencial uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Cairu e o IBAMA. Com os estudos e pesquisas já realizados, a prefeitura estará habilitada a fornecer informações ao IBAMA com o objetivo de ajudar a modificar e criar novas portarias. Estas portarias seriam válidas para o município de Cairu e, em alguns casos, para a região de Valença.

As portarias devem conter:

- . proibição de pesca predatória;
- . preservação do espaço pesqueiro e das espécies existentes;
- . proteção das bacias hidrográficas, mananciais, mangues e restingas;
- . controle da pesca em função dos ciclos de vida das espécies (não somente do camarão e da lagosta).

A fiscalização deverá ser feita tanto pela prefeitura quanto pelo IBAMA.

### e) Organização da Comercialização

Conforme visto no item 2.4, o beneficiamento, a conservação e a comercialização dos pescados são precários. Com a implantação do terminal pesqueiro em Cairu (sede) e com a organização da categoria (associação de pescadores e marisqueiros do município de Cairu), esta situação tenderá a melhorar.

Pretende-se, com estas atitudes, organizar melhor a rede de intermediação, reduzir margens e preços, elevar a qualidade do produto e acabar com a eterna dependência dos pescadores frente aos atravessadores e à atual política comercial da cooperativa de Valença.

Acredita-se que, com o apoio do setor público à organização da comercialização, haverá uma significativa melhora da produção que, como apresentada no item 2.3, está em baixa.

### 3.3 - PAPEL DO INVESTIMENTO PRIVADO

Para complementar as ações do setor público, é necessária a participação indispensável do investimento privado. Este deve aproveitar a infra-estrutura implantada para se estabelecer e desenvolver ainda mais a pequena pesca moderna.

São apontadas aqui algumas proposições para o setor e para a própria associação de pescadores e marisqueiros investirem no terminal pesqueiro de Cairu (sede):

- . média indústria de beneficiamento de moluscos e crustáceos (limpeza, catação, resfriamento e embalagem) e de conservas de pescados (salga, secagem, defumação, congelamento, enlatamento etc.), preparando o produto para o consumidor final;

- . pequena fábrica de gelo;
- . posto de óleo diesel;

- . estabelecimentos comerciais;
- . pequeno estaleiro visando a construção de embarcações modernas, definidas nos estudos e pesquisas;
- . pequena fábrica de apetrechos de pesca modernos, também definidos nos estudos e pesquisas;
- . pequena empresa de transporte hidroviário que faça percursos diários (com horários definidos) entre Cairu (sede) e as comunidades do município, transportando produtos e passageiros;
- . pequena empresa de transporte rodoviário, com caminhões frigoríficos e outros que transportem os produtos já beneficiados, industrializados e embalados;
- . lojas de equipamentos de pesca.

Acredita-se que um terminal pesqueiro com esta infra-estrutura dará espaço para embarcações de outros municípios e regiões, o que aumentará as atividades, gerando mais empregos e mais impostos.

Além dessas proposições para o terminal pesqueiro, são levantadas outras que se referem à produção:

- . instalação de pesqueiros artificiais, cujo proprietário terá a exclusividade da exploração (nesse ponto, em especial, recomenda-se a participação da associação de pescadores e marisqueiros de Cairu);
- . investimentos em aquicultura adequados às condições do município<sup>(12)</sup> de acordo com os estudos e pesquisas elaborados.

<sup>12</sup> - Vale ressaltar o projeto do economista Eduardo Lemos para a implantação do "Pólo Camaroneiro do Baixo Sul" (que inclui o município de Cairu). Este projeto - que tem a participação do grupo "Odebrecht", da Bahia Pesca S.A., da UFBA, da Inframer, da Rohr e da Sansuy - pretende, através de um método de criação de camarão em gaiolas flutuantes, por meio de parceria com os pescadores, aumentar/complementar substancialmente a renda das famílias das comunidades na atividade pesqueira. A meta é que as gaiolas sejam asseguradas aos parceiros ou através de associações comunitárias, ou franqueados pela empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto.

### 3.4 - PAPEL DOS AGENTES FINANCEIROS

Para a realização das proposições, tanto no âmbito do setor público quanto no setor privado, é de fundamental importância a participação de agentes financeiros públicos e privados. Estes agentes devem atuar com:

- . financiamentos para a aquicultura;
- . financiamentos para a implantação do terminal pesqueiro e as empresas que ali serão instaladas;
- . financiamentos para o capital de giro para a associação de pescadores de Cairu;
- . linha de crédito especial para aquisição de embarcações pesqueiras modernas, motores náuticos e equipamentos que diminuam o risco da atividade, através da associação de pescadores de Cairu.

Quanto ao financiamento dos apetrechos de pesca, as pesquisas de campo mostraram que ele não funcionou. Como já foi dito anteriormente, os apetrechos podem ser danificados e o pescador não terá condições de pagar as prestações. Assim sendo, recomenda-se que a compra de apetrechos seja feita pela associação que, adquirindo em quantidade, poderá repassar aos pescadores e marisqueiros a preços mais acessíveis.

### 3.5 - PESCA E TURISMO

Como foi dito anteriormente, o turismo está em grande ascensão no município de Cairu, o que gera problemas, embora também potencialize algumas soluções para a pesca e as comunidades pesqueiras.

Os problemas causados pelo turismo são a diminuição da produção pesqueira, a elevação dos preços dos pescados (embora preços altos do pescado não constituam necessariamente um problema para os pescadores), a poluição, a degradação do meio ambiente, o abandono da atividade pesqueira, o loteamento e construção de residências secundá-



rias, entre outros. Entre as virtudes do turismo está, principalmente, a criação de oportunidades de emprego, permitindo melhorar a renda das famílias, muito degradada com a atual situação da pesca.

O município é dotado de ilhas e excentricidades de apelo turístico, daí serem elaborados vários planos de desenvolvimento do turismo em Cairu. O projeto "Domus Solis", criado pela Prefeitura Municipal de Cairu, é um exemplo. Em parceria com a prefeitura de Cairu, a UFBA atuará em várias frentes para o desenvolvimento econômico do município. A idéia geral é dotar o município de Cairu de uma infraestrutura capaz de promover o desenvolvimento das comunidades, através do turismo, gerando novas oportunidades de emprego. O trabalho vai explorar principalmente o potencial turístico de Morro de São Paulo, conhecido internacionalmente e que possui grande fluxo de visitantes.

Outro projeto é o "Programa Nacional de Municipalização do Turismo" criado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Este programa tem como principais objetivos a dotação dos municípios de interesse turístico de condições técnicas e organizacionais para desenvolver o turismo, a conscientização da sociedade sobre a importância do turismo e a descentralização das ações de planejamento.

Na Bahia, dentre outros municípios, Cairu foi considerado de interesse turístico para fins de alocação de recursos públicos federais, de financiamento de empreendimentos e equipamentos turísticos de iniciativa privada. Vale ressaltar que a questão das ações do programa é de responsabilidade dos conselhos municipais de turismo. Estes devem, dentre outras coisas, congregar e mobilizar os organismos atuantes no setor, aprimorar as atividades receptivas e promocionais, estabelecer estímulos fiscais e locais e desenvolver meios para preservação e valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Os processos de planejamento e gerenciamento devem envolver, ao máximo, as

comunidades. Se os residentes nessas localidades forem envolvidos nas decisões que definirão o planejamento, provavelmente eles estarão mais dispostos a colaborar e o resultado será muito gratificante para a população.

Como é possível observar, o turismo no município de Cairu não pode e nem deve ser deixado de lado. A atividade pesqueira também não pode ser descartada, já que envolve a maioria da população economicamente ativa, sustenta várias famílias, abastece parte do mercado baiano de pescados e, principalmente, funciona todo o ano, diferentemente da atividade turística que se desacelera na baixa estação.

Com a efetivação das proposições aqui apresentadas, objetivando o desenvolvimento sustentável da pequena pesca moderna e do turismo, acredita-se numa conciliação entre essas duas atividades, de maneira que estas se tornem complementares.

Faz-se, então, uma última proposição: o turismo pesqueiro. Assim como no turismo campestre, que está em grande ascensão na Europa, as comunidades pesqueiras podem se preparar para receber turistas dispostos a pescar e a desfrutar, por alguns momentos, a fantasia da vida bucólica do pescador. Para tanto, seria necessária uma infraestrutura capaz de receber os turistas nas comunidades. Fica aqui a sugestão para estudos futuros, com o objetivo de desenvolver esta idéia.

De uma maneira geral, acredita-se que, com a pequena pesca moderna e o turismo sustentáveis, grande parte dos problemas apresentados neste trabalho serão solucionados, levando a uma nova situação econômica, social, política e ambiental das comunidades do município de Cairu.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que muito me ajudaram na elaboração deste meu primeiro trabalho monográfico. Sem elas, não seria possível a sua realização.

Agradeço:

- . ao professor Luiz A. M. Filgueiras, meu orientador;
- . à professora Izolda F. A. Souza, que me orientou quanto ao projeto e às questões metodológicas;
- . a Denise Zottolo e a Márcia Aragão, técnicas da Bahia Pesca S.A. que me ajudaram no trato dos dados e na metodologia da pesquisa de campo;
- . a Carmem Barcelo, técnica do IBAMA, que me auxiliou nas questões relativas ao meio ambiente e à produção pesqueira;
- . a Angela, a Graça e a Joana, bibliotecárias do DESENBANCO, do SEI e da Faculdade de Economia da UFBA, respectivamente, que me guiaram na escolha e na organização da bibliografia;
- . aos pescadores das comunidades, que me receberam de braços abertos e responderam aos desgastantes questionários;
- . ao amigo Rogério, que me acompanhou nas viagens e pesquisas de campo;
- . ao meu pai, Vitor, meu professor; às minhas mães, Gal e Regina, que me ajudaram na revisão do texto; ao meu irmão, José, que digitou grande parte do trabalho; às minhas irmãs - Juliana, Ana, Flávia e Catarina - aos meus avós, a minha sempre companheira Isabela e aos colegas da faculdade, que me apoiaram e deram força para que o trabalho fosse concluído.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - BAHIA PESCA S.A. Perfil do setor pesqueiro (litoral do estado da Bahia). Salvador, 1994.
- 2 - BITTENCOURT, Maria M; FERNANDES, Cristina C. Pesca no Brasil. Ciência Hoje, V. 11, nº 64, jun/jul 1990.
- 3 - CHRISTY Jr., Francis T. Libre acesso... a la ruina. CERES, revista de la FAO, nº142, V. 26, nº4, p. 32-36, Jul/Ago 1993.
- 4 - COMTE M-C, Aguas revueltas, pérdida de pescadores. CERES, revista de la FAO, nº 142, V. 26, nº4, p.17/22, Jul/Ago 1993.
- 5 - COUTO, Vitor A. Estado da Bahia: Subsídios para uma política de desenvolvimento pesqueiro. Salvador, UFBA, 1991.
- 6 - DESENBANCO. O potencial pesqueiro do estado da Bahia. Salvador, 1985.
- 7 - DESENBANCO; CPE. Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Litoral Sul da Bahia. Salvador, 1987.
- 8 - DIEGUES, Antônio C. S. Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática, 1983.
- 9 - ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 10ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- 10 - GUIMARÃES, Ricardo J. R. et al. Realidade e desafios dos pescadores artesanais brasileiros. Desenvolvimento e Cidadania, São Luís, Instituto do Homem, ano 3, nº 11, p.4/8, março/maio 1994.
- 11 - KERZONCUF, J. La pêche maritime à l'étranger. Paris, Challomell, 1917.
- 12 - MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília, UNB, 1989.
- 13 - PERIÓDICOS: A TARDE; GAZETA MERCANTIL; FOLHA DE SÃO PAULO, jan/maio 1995.
- 14 - RÚDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 17ª ed. Petrópolis, Vozes, s.d.
- 15 - SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte, Martins Fontes, 1991.
- 16 - SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 14ª ed. São Paulo, Cortez: autores associados, 1986.
- 17 - SILVA, Sylvio C. B. M. Considerações sobre a pesca baiana no contexto da pesca brasileira. Boletim baiano de geografia, Salvador, 1979.
- 18 - SKINNER; TUREKIAN. O homem e o oceano. São Paulo, Centro de catalogação-na-fonte, 1977.
- 19 - SOUZA, Izolda F. A. A construção crítica do conhecimento